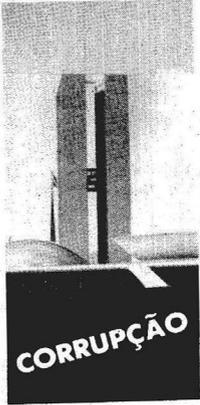


CPI decide convocar João Alves, Lobão e Roriz

Raimundo Paccó

CLÁUDIA CARNEIRO

Por 15 votos a cinco, o plenário da CPI do Orçamento decidiu, ontem, ouvir os depoimentos dos governadores Joaquim Roriz (DF), Edison Lobão (Maranhão) e João Alves Filho (Sergipe), citados pelo economista



José Carlos Alves dos Santos. Apesar da pressão dos partidos dos governadores (PFL e PP), o trabalho da tropa de choque foi reduzido aos votos contrários dos senadores Pedro Teixeira (PP-DF), Valmir Campelo (PTB-DF), Cid Sabóia de Carvalho (PMDB-CE), e os deputados Lázaro Barbosa (PMDB-GO) e Mário Chermont (PP-PA). O presidente da CPI, Jarbas Passarinho, e o relator, deputado Roberto Magalhães, decidirão como serão feitas as convocações.

Os governadores Lobão e Alves deverão submeter a decisão de depor às assembleias de seus estados. Segundo informações que chegaram ao relator da CPI, eles estão "irredutíveis" e não aceitarão depor à comissão. Os líderes do PFL na Câmara, Luís Eduardo Magalhães, e no Senado, Marco Maciel, foram ontem à tarde ao gabinete do senador Passarinho, para informá-lo que os governadores de seu partido têm parecer jurídico sustentando que a CPI não pode ouvi-los. Os juristas Saulo Ramos e Manuel Fer-

reira Filho atestam que haveria interferência na autonomia do estado.

Passarinho afirmou que, por outro lado, a CPI conta com pareceres da Procuradoria Geral da República e da assessoria técnica do Senado, de que tem competência para ouvir os governadores, desde que respeitando o Código de Processo Penal, que lhes garante a prerrogativa de escolher data, hora e local. Durante a longa discussão que se travou na reunião secreta da CPI, Passarinho foi firme ao argumentar que não se discute a competência da Federação, mas as questões relativas ao Orçamento da União.

Resistência — Integrantes do PFL afirmaram que Edison Lobão e João Alves não atenderão à convocação de Passarinho. Mas a atitude dos governadores foi criticada pelas lideranças do próprio partido. Segundo Luís Eduardo, é preferível que eles compareçam à CPI, do ponto de vista político. Sobrou críticas também ao coordenador da subcomissão de bancos, deputado Benito Gama (PFL-BA), que integrou a comitiva pefelista de apoio aos governadores.

O senador Passarinho admitiu que poderá haver recurso no Supremo Tribunal Federal contra a convocação. "Vai criar jurisprudência e então o Supremo resolverá a controvérsia". O deputado José Genofino (PT-SP) lembrou que há precedente de depoimento de governador em Comissão Parlamentar de Inquérito. "O Antônio Carlos Magalhães veio depor na CPI da NEC em 92 e não houve problemas", argumentou.



Depois de várias horas de deliberação e de posicionamentos divergentes, o comando da CPI decidiu convocar os governadores